



PROJETO DE PESQUISA

Curso de Arquitetura e Urbanismo

**EFICIÊNCIA DOS DESLOCAMENTOS NO ESPAÇO PÚBLICO E PLANEJAMENTO
URBANO SUSTENTÁVEL**

JAQUELINY PORTO DA SILVA

Orientadora: Prof^ª. DSc. Shirlene Chagas

Campos dos Goytacazes (RJ)

2016

EFICIÊNCIA DOS DESLOCAMENTOS NO ESPAÇO PÚBLICO E PLANEJAMENTO URBANO SUSTENTÁVEL

Projeto de Pesquisa apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Fluminense UNIFLU como parte da produção acadêmica na disciplina de TCC.

Orientador: Prof. Dr. Shirlene Chagas

Coorientador: Ms. Claudio Valadares

Campos dos Goytacazes (RJ)

2016

TERMO DE CONCORDÂNCIA PARA A REALIZAÇÃO DA PESQUISA

Autorização em: / / 2016.

O Projeto de Pesquisa Intitulado **Eficiência dos deslocamentos no espaço público e planejamento urbano sustentável** foi autorizado pela coordenação do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Fluminense UNIFLU.

Prof. MS Cláudio Valadares

Coordenador do Curso de Arquitetura e Urbanismo

Prof. Dr. Shirlene Chagas

Orientador

Aluno Pesquisador:

Jaqueline Porto da Silva

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	05
2. JUSTIFICATIVA	06
3. OBJETIVOS	06
3.1 Geral	06
3.2 Específicos	06
4. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	07
5. METODOLOGIA	08
6. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES	08
7. LOCAL DA PESQUISA	09
8. RESPONSABILIDADE	09
9. QUESTÕES ÉTICAS	09
10. PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA	09
REFERÊNCIAS	09

1.INTRODUÇÃO

Um dos temas mais atuais da realidade brasileira é Mobilidade Urbana, cujos princípios e diretrizes são definidos na Lei 12.587/2012 referentes aos deslocamentos de pessoas e cargas, ou seja, as condições em que se realizam e como serão disponibilizadas e exercidas no espaço urbano (MCIDADES, 2007). O objetivo do Ministério das Cidades é proporcionar o acesso amplo e democrático ao espaço urbano de forma segura, sustentável e socialmente inclusiva, fundamentais para reduzir as desigualdades e promover a qualidade de vidas nas cidades com a valorização do direito à circulação para todos os cidadãos. A promulgação desta Lei fornece segurança jurídica para que os municípios adotem medidas para atender às suas diretrizes e disposições legais.

Segundo GUERRA (2015), a compreensão do que seja *Eficiência Urbana* refere-se ao uso adequado dos espaços públicos em relação à qualidade de percurso. e esta diretamente relacionada às atividades possíveis de serem realizadas durante esse deslocamento “visando o uso proveitoso do tempo”, ou seja, melhor forma de uso desses espaços, em termos de qualidade, segurança e conforto, durante o percurso para o trabalho e nos momentos de lazer.

Para se falar em qualidade na mobilidade urbana, primeiramente, deve-se romper com muitos paradigmas implantados na cultura dos brasileiros. Começar a absorver conceitos de sustentabilidade e valores de sociabilidade. Olhar a cidade de como bem publico, descompromissado com questões de interesses privados.

Campos dos Goytacazes é uma planície e um grande número de pessoas utiliza a bicicleta como meio de transporte para se deslocarem ao trabalho, escola ou outras atividades. As calçadas, ciclovias e ciclofaixas são importantes percursos e deve haver uma politica de valorização destes espaços para efetiva utilização. A relações entre pedestres e ciclistas no espaço público.

Os gestores públicos precisam enfrentar o desafio de apresentar soluções que priorizem o modo de transporte não motorizado e um serviço de transporte público coletivo adequado. Para priorizar transportes não motorizados, é necessário oferecer espaço agradável para as pessoas caminharem e andarem de bicicleta. Um espaço não planejado e não projetado dificilmente é agradável.

Apesar dos grandes investimentos destinados à expansão da infraestrutura viária, a visão setorializada da política de transporte urbano com a falta de planejamento de redes dotadas de modalidades de transportes devidamente organizadas, coordenadas e integradas entre si, é responsável pelas cidades entram em colapso, gerando uma “crise de mobilidade urbana, não oferecendo condições para que as pessoas se desloquem nas cidades” (ALVES e RODRIGUES, 2014).

É preciso enfrenta-los apresentar soluções e criar alternativas para um trânsito equitativo e sustentável. Projetos de conscientização e políticas públicas que invista na mudança da cultura do automóvel impulsionada por questões econômicas e capitalistas sem a qual nada adiantará alargar avenidas, criar faixa seletiva reduzindo os espaços de ciclovias e calçadas modernizar o transporte coletivo.

Esta pesquisa é parte fundamental na produção do conhecimento em todas as áreas do saber. Contribui para o desenvolvimento da sociedade e propicia a mudança nos costumes e na qualidade de vida valorizando a sustentabilidade nas questões que envolvem mobilidade urbana.

2.JUSTIFICATIVA

A Cidade de Campos dos Goytacazes está localizada na região Norte do Estado do Rio de Janeiro com uma população de 463.731 habitantes segundo senso do IBGE/2010. É o maior município do estado em extensão territorial (4.026,696 km²) apresenta problemas e condicionantes decorrentes das especificidades de sua ocupação urbana.

A estimativa de crescimento populacional apontada pelo IBGE para Campos dos Goytacazes em 2016 é de 487.648 sendo a média de crescimento anual registrada pela AGVAP (Produto 5) de aproximadamente 4 mil habitantes, ou seja, em 2026 serão 528.731 habitantes, em razão de sua posição de polo econômico e universitário da região e em detrimento da insustentabilidade das grandes cidades.

A atual situação do estado do Rio de Janeiro tem forçado os municípios a reverem suas projeções de expansão e de investimentos na infraestrutura urbana em consequência da fragilidade da gestão políticas que não vislumbrou uma solução estratégica para um melhor aproveitamento dos recursos locais que gerassem novos negócios sustentáveis.

Porem, no que tange a eficiência no fluxo de pessoas, é preciso investir na qualidade física dos espaços públicos da cidade, pensar no desenho urbano sustentável visando os meios de transportes não motorizados, o andar de bicicleta ou a pé e a qualidade destes percursos para que possam ser harmoniosamente desfrutado pelos moradores.

3. OBJETIVOS

3.1 Geral:

Este projeto de pesquisa tem como objetivo uma análise e reflexão sobre algumas problemáticas que envolvem o deslocamento de pedestres e ciclistas, a gestão publica e os problemas gerados por falta de um planejamento inteligente, conectado entre os diferentes meios de transportes, com iniciativas de estímulo às caminhadas como modo de transporte, e na qualidade destes percursos em relação à cidade mostrando as ideias de vitalidade urbana e urbanidade.

O universo de estudo desta pesquisa abrange as vias de principal acesso e tráfego da cidade de Campos dos Goytacazes: Av. Arthur Bernardes, Av. Vinte e Oito de Março, Presidente Kennedy, Av. Lourivam Martins Beda, Filipe Uebe e Av. Alberto Lamego.

3.2 Específicos

3.2.1. Analisar os principais programas de mobilidade implantados na cidade de campos dos Goytacazes e o planejamento das cidades contemporâneas.

3.2.2. Propor uma reflexão sobre o planejamento das novas vias e a questão da mobilidade urbana em relação as rotas.

3.2.3. Estimulo aos modos ativos de viagem através de modificações na forma urbana com uma critica dos sistemas atuais junto aos estudantes de Arquitetura e Urbanismo

3.2.5. Avaliar as características como o tamanho dos trechos, a hierarquia das vias, a presença de prédios marcantes e espaços abertos e a densidade de edificações ao longo dos deslocamentos que se revelam influentes neste processo.

4. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

As vias com sua rede arterial, coletora e local estruturadoras da malha urbana, são os elementos mais fortes na organização da cidade. Os eixos sudoeste-leste do município de Campos sentido a São João da Barra e na saída para o Rio de Janeiro interligado pela Av. Arthur Bernardes e BR 101 é de intensa valorização fundiária. O trecho da Av. 28 de Março já está bastante consolidado, enquanto o eixo de ligação da cidade com o distrito de Goytacazes está em plena expansão.

É preciso uma análise e redefinições de faixas exclusivas para o transporte coletivo e para os modos de transportes não motorizados como forma de distribuir mais justa de uso do espaço físico das vias com programas que visam privilegiar pedestres e ciclistas.

A lei nº 8709, de 22 de junho de 2016 determina que “Fica instituído o Novo Conselho Municipal das Cidades no Município de Campos dos Goytacazes, órgão colegiado paritário de natureza deliberativa e consultiva, vinculado à Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana.”

A prefeitura de Campos procurou inserir e ampliar o transporte por bicicleta na matriz de deslocamentos urbanos. Porém não houve um planejamento que integrasse essas rotas aos sistemas de transportes coletivos, visando reduzir o custo de deslocamento, principalmente da população de menor renda. Faltou um conjunto de ações que garantam a segurança de ciclistas em seus deslocamentos e um investimento na qualidade desses espaços de uso coletivo.

Observa-se que não houve o êxito esperado no estabelecimento desses programas e ações, de acordo com o exposto a seguir. O transporte individual motorizado vem sendo mais beneficiado que o transporte público de massa. Esta vem sendo, a décadas, a política de desenvolvimento urbano implantada nas grandes cidades que são réplicas para as de menor porte.

Campos sempre foi uma cidade com um grande número de ciclistas deslocando por suas ruas, tanto na área central, como em bairros periféricos. A geografia da planície goitacá favoreceu para a prática do ciclismo. Nos últimos anos, com a abertura de novas ciclovias, houve um aumento considerável na quantidade de pessoas que utilizam a bicicleta como meio de transporte para ir ao trabalho, estudar e até mesmo fazer tarefas do cotidiano. Mas deve-se entender que andar sobre duas rodas deve ser mais que uma necessidade, deve ser um prazer em consequência da qualidade do percurso.

Segundo informação do site oficial da Prefeitura de Campos, totalizam 51 quilômetros de ciclovias e ciclofaixas construídos na cidade, sendo a maior delas a da Avenida 28 de Março, com quase 6 quilômetros de extensão. O Plano de Mobilidade Urbana está entre os principais objetivos do Instituto Municipal de Trânsito e Transporte (IMTT) para 2017. A iniciativa faz parte do projeto de Mobilidade Urbana, que prevê espaços próprios para ciclistas, além de ofertar mais segurança ao trânsito. O investimento na construção de novas vias não deve apenas garantir maior mobilidade a toda a população, mas ter como meta a criação de percursos agradáveis, seguros que inspirem confiabilidade e proporcionem melhor qualidade de vida para usuários e transeuntes.

5. METODOLOGIA

- Para elaboração desta pesquisa serão consultados as bibliográfica oferecidas na base de dados Science Direct, Scielo (Scientific Electronic Library Online) e Google Acadêmico com buscas ordenadas por relevância, sites da prefeitura, recursos fotografias, cartográficos e fontes IBGE.
- Utilização de análises de imagens de satélites e plantas arquitetônicas junto a prefeitura.
- Pesquisa de campo (entrevistas, fotos, medições)
- Organização do Projeto de Paisagismo em AutoCad para publicação.

6. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

ATIVIDADES/2016.2	Mai.	Jun	Jul.	Ago.	Set.	Out.
Levantamento Bibliográfico						
Montagem do Projeto						
Coleta de Dados						
Tratamento dos dados						
Primeira Redação						
Apresentação ao Orientador						
Redação Final do Texto						
Apresentação à Banca de IC						
Submissão do artigo à Revista Multidisciplinar UNIFLU						

7. LOCAL DA PESQUISA

Este trabalho será desenvolvido no Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Fluminense UNIFLU.

8. RESPONSABILIDADE

A responsabilidade por esta pesquisa será do aluno/pesquisador.

9. PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

ATIVIDADE	VALOR
Aquisição de artigos	R\$ 100,00
Aquisição de livros	R\$ 400,00
Cópias	R\$ 200,00
Encadernação	R\$ 50,00
Total	R\$ 1.300,00

10. REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana. Caderno de Referência para Elaboração de Plano de Mobilidade Urbana. Brasília, 2007.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Lei 10.257. Estatuto da Cidades. Brasília, 2001.

BRASIL. Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012. Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 4 jan. 2012. Disponível em: Acesso em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12587.htm

ALVES, G.A.L.; RODRIGUES M.F. Diagnóstico e proposições para mobilidade urbana: infraestrutura para pedestres em um bairro periférico. Revista Perquirere, 11(2): 297-315, dez. 2014.

GOMES, M. A. S.. A produção e a valorização desigual do espaço urbano em Campos dos Goytacazes-rj: uma análise das ações do estado e dos promotores/incorporadores

imobiliários, Revista do Programa de Pós Graduação em Geografia UFES 29 Janeiro-Julho, 2015 ISSN 2175 -3709, Páginas de 28 a 41

Ministério das Cidades. Mobilidade e política urbana: subsídios para uma gestão integrada / Coordenação de Lia Bergman e Nidia Inês Albesa de Rabi. – Rio de Janeiro: IBAM; Ministério das Cidades, 2005.

GUERRA, Maria Manuela Pose. Eficiência urbana: fluxos para comercio e tempo para o pedestre. Dissertação (Mestrado – Área de Concentração: Planejamento Urbano e Regional). FAUUSP. São Paulo, 2015.

ANDERSEN, Mikael Colville e GHISLEN, Camilla. Engenharia de trânsito ainda está no século 20. Mobilize. Mobilidade Urbana Sustentável. Postado em: 23 de outubro de 2015, acessado em 01 de dezembro de 2016. Disponível em:

<http://www.mobilize.org.br/noticias/8886/engenharia-de-transito-ainda-esta-no-seculo-passado.html>